

## 6. LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PERTINENTE

### 6.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

As principais normas regulamentadoras referentes à implantação e operação de empreendimento de geração de energia elétrica e atividades correlatas, sob o aspecto legal ambiental, serão apresentadas segundo os âmbitos federal, estadual e municipal.

Os capítulos da Lei Maior pertinentes ao meio ambiente que regem cada esfera do poder serão citados. Os demais instrumentos legais, nas esferas federal, estadual e municipal, como leis, decretos, resoluções e outras normas, tanto as referentes ao meio ambiente como, em particular, as que envolvem direta e indiretamente projetos, instalações e operações de Usinas Eólio-Elétricas, serão citados e discriminados.

### 6.2. LEGISLAÇÃO FEDERAL

#### 6.2.1. Constituição Federal

A Constituição Federal de 1988 consagrou, em normas expressas, as diretrizes fundamentais de proteção ao meio ambiente. O Art. 20 declara quais são os bens da união, incluindo dentre outros os lagos, rios, as praias marítimas e ilhas oceânicas e costeiras.

**“Art. 20.** São bens da União:

- I - os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;
- II - as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;
- III - os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;
- IV - as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto

aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 2005);

- V - os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva;
- VI - o mar territorial;
- VII - os terrenos de marinha e seus acrescidos;
- VIII - os potenciais de energia hidráulica;
- IX - os recursos minerais, inclusive os do subsolo;
- X - as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos;
- XI - as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

**§ 1º** - É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

**§ 2º** - A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.”

A Constituição Federal de 1988 consagrou, em normas expressas, as diretrizes fundamentais de proteção ao meio ambiente. Através do Art. 23, estabelece a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios para: proteção do acervo histórico e cultural, bem como dos monumentos e paisagens naturais e dos sítios arqueológicos; a proteção ao meio ambiente e combate à poluição em quaisquer de suas formas; e, preservação das florestas, da fauna e da flora.

**“Art. 23.** É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”:

- I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

- II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
- III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
- IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural;
- V - proporcionar os meios de acesso à cultura, a educação e à ciência;
- VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
- VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;
- VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;
- IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;
- X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização social dos setores desfavorecidos;
- XI - acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;
- XII - estabelecer e implantar política de educação para segurança do trânsito.

**Parágrafo Único:** Lei complementar fixará normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional”.

O Art. 24 fixou a competência concorrente da União, dos Estados e dos Municípios para legislar sobre: floresta, pesca, fauna, conservação da natureza, proteção ao patrimônio histórico, artístico, turístico, cultural e paisagístico; e, responsabilidade por danos ao meio ambiente e a bens de valor artístico, estético, histórico e paisagístico.

**“Art. 24.** Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

- I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;
- II - orçamento;
- III - juntas comerciais;
- IV - custas de serviços forenses;
- V - produção de consumo;
- VI - florestas, caça, pesca, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle de poluição;

- VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;
- VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
- IX - educação, cultura, ensino e desporto;
- X - criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;
- XI - procedimentos em matérias processuais;
- XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;
- XIII - assistência jurídica e defensoria pública;
- XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;
- XV - proteção à infância e à juventude;
- XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

**§ 1º.** No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a esclarecer normas gerais.

**§ 2º.** A competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados.

**§ 3º.** Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

**§ 4º.** “A superveniência da lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário”.

No Capítulo III, da Educação, da Cultura e do Desporto, o Art. 216 define que constitui o patrimônio cultural do país os bens naturais e imateriais, destacando-se aí os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

**“Art. 216.** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

**§ 1º** - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o

patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

§ 6º - É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003).

I - despesas com pessoal e encargos sociais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003);

II - serviço da dívida; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003);

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)."

No Capítulo VI, do Meio Ambiente, o Art. 225 expressa que "todos têm direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", atribuindo ao Poder Público a responsabilidade da aplicação das medidas eficazes no cumprimento do preceito protecionista. A Constituição assegurou-lhes as prerrogativas: criação de espaços territoriais que devem ficar a salvo de qualquer utilização ou supressão, a não ser que a lei expressamente o autorize; exigir, na forma da lei, precedentemente à instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo do impacto ambiental ao qual se dará publicidade; obrigar os que exploram recursos minerais, a recuperar o meio ambiente degradado de acordo com as soluções técnicas exigidas pelo órgão público competente, na forma

da lei; e, impor sanções penais e administrativas aos que desenvolvem atividades consideradas lesivas ao meio ambiente, sejam pessoas físicas ou jurídicas, sem prejuízo da obrigação de recuperação dos danos causados.

"Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º. Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e promover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem riscos para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

§ 2º. Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º. As condutas e atividades consideradas lesivas ao ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º. A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que


asseguem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.


§ 5º. São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.


§ 6º. "As usinas que operam com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas".


## 6.2.2. Relação e Discriminação da Legislação Federal


### 6.2.2.1. Leis Federais


 LEI Nº. 3.924, DE 26 DE JULHO DE 1961 – Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.


 LEI Nº. 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965 – Institui o Novo Código Florestal.


 LEI Nº. 4.089, DE 13 DE JULHO DE 1967 – Dispõe sobre erosão.


 LEI Nº. 5.197, DE 03 DE JANEIRO DE 1967 – Dispõe sobre proteção à fauna silvestre e dá outras providências.


 LEI Nº. 6.513, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1977 – Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de locais de Interesse Turístico; sobre o inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta o inciso ao artigo 2º da Lei Nº. 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei Nº. 4.771, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências.


 LEI Nº. 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981 – Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências (alterada pela Lei Nº. 7.804, de 18 de julho de 1989).


 LEI Nº. 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985 – Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências.


 LEI Nº. 7.803, DE 16 DE JULHO DE 1989 – Altera a redação da Lei Nº. 4.771, (Código Florestal) de 15 de setembro de 1965, e revoga as leis Nºs 6.535, de 15 de junho de 1978 e 7.511, de julho de 1986.


 LEI Nº. 7.804, DE 18 DE JULHO DE 1989 – Altera a Lei Nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981; a Lei Nº. 7.735, de 22 de fevereiro de 1989; a Lei Nº. 6.803, de 02 de junho de 1980; a Lei Nº. 6.902, de 21 de abril de 1981 e dá outras providências.


 LEI Nº. 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995 – Dispõe sobre o Regime de Concessão e Permissão da Prestação de Serviços Públicos previstos no Art. 175 da Constituição Federal e dá outras providências.


 LEI Nº. 9.074, DE 7 DE JULHO DE 1995 – Estabelece normas para outorga e prorrogação das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.

 LEI Nº. 9.427, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1996 – Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, disciplina o Regime das Concessões de Serviços Públicos de energia elétrica e dá outras providências.


 LEI Nº. 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997 – Dispõe sobre a Política Energética Nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.


 LEI Nº. 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998 – Dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente, estabelece mecanismos efetivos de punição e reparação de danos ecológicos e dá outras providências.


 LEI Nº. 9.873, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999 – Estabelece prazo de Prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências.

 LEI Nº. 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000 – Regulamenta o art. 225, parágrafo primeiro,


incisos I, II, III, VII da constituição Federal, Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.


 LEI Nº. 9.991, DE 24 DE JULHO DE 2000 – Dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, e dá outras providências.

 LEI Nº. 10.165, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2000 – Altera a Lei Nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.


 LEI Nº. 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001 – Regulamenta os art. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

 LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 – Institui o Código Civil Brasileiro.


 LEI Nº. 10.650, DE 16 DE ABRIL DE 2003 – Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA. Estabelece que os órgãos e entidades da Administração Pública, direta, indireta e fundacional, integrantes do SISNAMA, ficam obrigados a permitir o acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico. O indeferimento de pedido de informações ou consulta a processos administrativos deverá ser motivado.


 LEI Nº. 11.481, DE 31 DE MAIO DE 2007 – Dá nova redação a dispositivos das leis Nº.s. 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 9.514, de 20 de novembro de 1997, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dos Decretos-Leis Nº.s 9.760, de 5 de


setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, 1.876, de 15 de julho de 1981, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências.


 LEI Nº 11.934, DE 5 DE MAIO DE 2009 – Dispõe sobre limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos; altera a Lei Nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; e dá outras providências.


#### 6.2.2.2. Decretos Federais


 DECRETO Nº. 23.793, DE 23 DE JANEIRO DE 1934 – Aprova o Código Florestal.


 DECRETO-LEI Nº. 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937 – Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.


 DECRETO Nº. 28.481, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940 – Dispõe sobre a poluição das águas.


















 DECRETO-LEI Nº. 303, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967 – Cria o Conselho Nacional de Controle da Poluição Ambiental e dá outras providências.

 DECRETO Nº. 62.724, DE 17 DE MAIO DE 1968 – Estabelece Normas Gerais de Tarificação para as empresas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica.


 DECRETO Nº. 84.426, DE 24 DE JANEIRO DE 1980 – Dispõe sobre a erosão, uso e ocupação do solo, poluição da água e poluição do solo.


 DECRETO Nº. 88.351, DE 01 DE JUNHO DE 1983 – Regulamenta a Lei Nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981 e a Lei de Nº. 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõem, respectivamente, sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.

 DECRETO Nº. 89.532, DE 06 DE ABRIL DE 1984 – Acrescenta incisos ao Art. 37, do Decreto Nº. 88.351, de 10 de junho de 1983, que regulamenta a Política Nacional do Meio Ambiente.


-  DECRETO Nº. 88.351, DE 01 DE JANEIRO DE 1985 – Regulamenta a Lei Nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981 e a Lei Nº. 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõem respectivamente sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.
-  DECRETO Nº. 93.901, DE 9 DE JANEIRO DE 1987 – Dispõe sobre o estabelecimento de Medidas e Procedimentos relativos ao Racionamento de Energia Elétrica.
-  DECRETO Nº. 97.628, DE 10 DE ABRIL DE 1989 – Regulamenta o artigo 21 da Lei Nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965 – Código Florestal e dá outras providências.
-  DECRETO Nº. 97.632, DE 10 DE ABRIL DE 1989 – Dispõe sobre a regulamentação do art. 2º, inciso VIII da Lei Nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981 e dá outras providências.
-  DECRETO Nº. 97.628, DE 10 DE ABRIL DE 1989 – Regulamenta o artigo 21 da Lei Nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965 – Código Florestal e dá outras providências.
-  DECRETO Nº. 97.635, DE 10 DE ABRIL DE 1989 – Regula o artigo 27 do Código Florestal e dispõe sobre a prevenção e combate a incêndio florestal e dá outras providências.
-  DECRETO Nº. 99.193, DE 27 DE MARÇO DE 1990 – Dispõe sobre as atividades relacionadas ao zoneamento ecológico - econômico e dá outras providências.
-  DECRETO Nº. 99.274, DE 06 DE JUNHO DE 1990 – Regulamenta a Lei Nº. 6.902, de 27 de abril de 1981 e a Lei Nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente, sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental, e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências.
-  DECRETO DE 18 DE JULHO DE 1991 – Dispõe sobre o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL e dá outras providências.
-  DECRETO DE 27 DE DEZEMBRO DE 1994 – Cria o Programa de Desenvolvimento Energético dos Municípios (PRODEEM) e dá outras providências.
-  DECRETO Nº. 1.717, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1995 – Estabelece procedimentos para Prorrogações das Concessões dos serviços públicos de energia elétrica de que trata a Lei Nº. 9.704, de 7 de julho de 1995, e dá outras providências.
-  DECRETO Nº. 2.003, DE 10 DE SETEMBRO DE 1996 – Regulamenta a Produção de Energia Elétrica por Produtor Independente e por Autoprodutor e dá outras providências.
-  DECRETO Nº. 2.335, DE 6 DE OUTUBRO DE 1997 – Constitui a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, autarquia sob regime especial, aprova sua Estrutura Regimental e dá outras providências.
-  DECRETO Nº. 2.655, DE 2 DE JULHO DE 1998 – Regulamenta o mercado atacadista de energia elétrica, define as regras de organização do Operador Nacional do Sistema Elétrico, de que trata a Lei Nº. 9.648, de 27 de maio de 1998, e dá outras providências.
-  DECRETO Nº. 3.179, DE 21 DE SETEMBRO DE 1999 – Regulamenta a Lei Nº. 9.605/98, que dispõe sobre crimes ambientais.
-  DECRETO Nº. 3.653, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2000 – Altera dispositivos do Decreto Nº. 62.724, de 17 de maio de 1968, que estabelece normas gerais de tarifação para as empresas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, do Decreto Nº. 2.655, de 2 de julho de 1998, que regulamenta o Mercado Atacadista de Energia Elétrica, define as regras de organização do Operador Nacional do Sistema Elétrico, de que trata a Lei Nº. 9.648, de 27 de maio de 1998, e dá outras providências.
-  DECRETO Nº. 4.136, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2002 – Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamentos de óleos e outras substâncias nocivas ou perigosas


em águas sob jurisdição nacional, prevista na Lei 9.960, de 28 de abril de 2000, e dá outras providências.


 DECRETO Nº. 4.340, DE 22 DE AGOSTO DE 2002 – Regulamenta artigos da Lei Nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o sistema Nacional das Unidades de Conservação da Natureza, e dá outras providências.


 ☐ DECRETO Nº 6.848, DE 14 DE MAIO DE 2009 – Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, para regulamentar a compensação ambiental.


### 6.2.2.3. Resoluções


 RESOLUÇÃO CONAMA Nº. 001, DE 23 DE JANEIRO DE 1986 – Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.

 RESOLUÇÃO CONAMA Nº. 006, DE 24 DE JANEIRO DE 1986 – Aprova os modelos de publicações em periódicos de licenciamento em quaisquer de suas modalidades, sua renovação e a respectiva concessão aprova modelos para publicação de licenças.


 RESOLUÇÃO CONAMA Nº. 006, DE 16 DE SETEMBRO DE 1987 – Estabelece regras gerais para o licenciamento ambiental de obras de grande porte, especialmente nas quais a União tenha interesse relevante como a geração de energia elétrica.


 RESOLUÇÃO CONAMA Nº. 010, DE 03 DE DEZEMBRO DE 1987 – Dispõe sobre a implantação de Estações Ecológicas pela entidade ou empresa responsável por empreendimentos que causem danos às florestas e a outros ecossistemas.


 RESOLUÇÃO CONAMA Nº. 005, DE 15 DE JUNHO DE 1989 – Institui o Programa Nacional de Controle de Qualidade do AR (PRONAR).


 RESOLUÇÃO CONAMA Nº. 001, DE 08 DE MARÇO DE 1990 – Dispõe sobre a emissão


de ruídos em decorrência de atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas.


 RESOLUÇÃO CONAMA Nº. 003, DE 28 DE JUNHO DE 1990 – Estabelece padrões de qualidade do ar.


 RESOLUÇÃO CONAMA Nº. 008, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1990 – Estabelece limites máximos de emissão de poluentes do ar (padrões de emissão).


 RESOLUÇÃO CONAMA Nº. 237, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1997 – Determina a revisão dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental, de forma a efetivar a utilização do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria contínua, instituída pela Política Nacional do Meio ambiente.

 RESOLUÇÃO ANEEL Nº. 249, DE 11 DE AGOSTO DE 1998 – Estabelece as condições de participação dos agentes no Mercado Atacadista de Energia Elétrica diretrizes para estabelecimento do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE.








 RESOLUÇÃO ANEEL Nº. 265, DE 13 DE AGOSTO DE 1998 – Estabelece as condições para o exercício da atividade de comercialização de energia elétrica.

 RESOLUÇÃO ANEEL Nº. 351, DE 11 DE NOVEMBRO DE 1998 – Autoriza o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS a executar as atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica nos sistemas interligados.







 RESOLUÇÃO ANEEL Nº. 451, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1998 – Homologa os montantes de energia e demanda de potência para os contatos iniciais de compra de energia para as empresas da região Norte e Nordeste e dá outras providências.

 RESOLUÇÃO ANEEL Nº. 022, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1999 – Estabelece as condições para transferência de tecnologia, assistência técnica e prestação de sua forma contínua e regular, entre agentes do setor

de energia elétrica e integrantes do seu grupo controlador.


-  RESOLUÇÃO ANEEL N°. 025, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1999 – Aprova, em caráter provisório, o Manual de Procedimentos da Operação do Operador Nacional Sistema Elétrico – ONS – Revisão I.
-  RESOLUÇÃO ANEEL N°. 036, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1999 – Dispõe sobre os procedimentos de comercialização de energia elétrica de curto prazo, para as concessionárias de serviço público de energia elétrica das regiões Norte e Nordeste.
-  RESOLUÇÃO ANEEL N°. 066, DE 16 DE ABRIL DE 1999 – Estabelece a composição da Rede Básica do sistema elétrico interligado brasileiro, suas conexões e as respectivas empresas usuárias das instalações.
-  RESOLUÇÃO ANEEL N°. 112, DE 18 DE MAIO DE 1999 – Estabelece os requisitos necessários à obtenção de Registro ou Autorização para a implantação, ampliação ou repotenciação de centrais geradoras termelétricas, eólicas e de outras fontes alternativas de energia.
-  RESOLUÇÃO ANEEL N°. 247, DE 13 DE AGOSTO DE 1999 – Altera as condições gerais da prestação de transmissão e contratação do acesso, compreendendo os Contratos de Prestação do Serviço de Transmissão – CPST, Contratos de Uso de Sistemas e Transmissão – CUST e dos Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão – CCST vinculadas à celebração dos Contratos Iniciais de Compra e Venda de Energia Elétrica.
-  RESOLUÇÃO ANEEL N°. 281, DE 01 DE OUTUBRO DE 1999 – Estabelece as condições gerais de contratação do acesso, compreendido o uso e a conexão, sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica.
-  RESOLUÇÃO CONAMA N°. 279, DE 27 DE JUNHO DE 2001 – Estabelece procedimento simplificado para o licenciamento ambiental dos empreendimentos com impacto


ambiental de pequeno porte, necessários ao incremento da oferta de energia elétrica no país.


-  RESOLUÇÃO CONAMA N°. 281, DE 12 DE JULHO DE 2001 – Dispõe sobre modelos de publicação de pedidos de licenciamento.
-  RESOLUÇÃO CONAMA N°. 302, DE 20 DE MARÇO DE 2002 – Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Área de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno.
-  RESOLUÇÃO CONAMA N°. 303, DE 20 DE MARÇO DE 2002 – Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Área de Preservação Permanente, e dá outras providências.
-  RESOLUÇÃO CONAMA N° 307, DE 05 DE JUNHO DE 2002 – Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
-  RESOLUÇÃO ANEEL N°. 259 DE 09 DE JUNHO DE 2003 - Estabelece os procedimentos gerais para requerimento de declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, de áreas de terras necessárias à implantação de instalações de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica, por concessionários, permissionários ou autorizados, e revoga o Art. 21 da Resolução ANEEL 395/98. O concessionário, permissionário ou autorizado deverá promover reunião pública com os interessados, registrando os assuntos discutidos e deliberados, observando o roteiro apresentado no Anexo XI desta Resolução, e enviar à ANEEL a lista de participantes com destaque para a presença dos proprietários ou possuidores das áreas atingidas. Deverá assegurar ampla divulgação, nos meios de comunicação acessíveis, para a convocação da reunião pública, principalmente aos proprietários ou possuidores das áreas de terras a serem atingidas.(Art. 5º e parágrafo único).
-  RESOLUÇÃO CONAMA N°. 357, DE 17 DE MARÇO DE 2005 – Dispõe sobre a classificação dos corpos d'água e diretrizes




ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes e dá outras providências.


 RESOLUÇÃO CONAMA Nº. 369, DE 28 DE MARÇO DE 2006 – Determina os casos em que é possível a intervenção ou supressão de vegetação em área de preservação permanente.


 RESOLUÇÃO CONAMA Nº. 371, DE 06 DE ABRIL DE 2006 – Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, conforme a Lei Nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e dá outras providências.

 RESOLUÇÃO CONAMA Nº. 382, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2006 – Estabelece os limites máximos de emissões de poluentes atmosféricos para fontes fixas.


 RESOLUÇÃO ANEEL Nº 279, DE 11 DE SETEMBRO DE 2007 - Estabelece os procedimentos gerais para requerimento de declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação e de instituição de servidão administrativa, de áreas de terras necessárias à implantação de instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, por concessionários, permissionários e autorizados.


#### 6.2.2.4. Medidas Provisórias


 MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 1.710, DE 07 DE AGOSTO DE 1998 – Acrescenta dispositivos à Lei Nº. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.


 MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 2.166-67, DE 24 DE AGOSTO DE 2001 – Dispõe sobre as áreas de interesse social.


#### 6.2.2.5. Portarias Federais


 PORTARIA MINTER Nº. 231, DE 27 DE ABRIL DE 1976 – Trata dos padrões de qualidade do ar.


 PORTARIA Nº. 536, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1976 – Regula a qualidade das águas destinadas a balneabilidade.


 PORTARIA DNAEE Nº. 047, DE 17 DE ABRIL DE 1978 – Estabelece os níveis das tensões de fornecimento de energia elétrica e define os limites de variação dessas tensões.


 PORTARIA MINTER Nº. 053, DE 01 DE MARÇO DE 1979 – Dispõe sobre a disposição de lixo e resíduos sólidos.


 PORTARIA MINTER Nº. 092, DE 19 DE JUNHO DE 1980 – Edita critérios e padrões a serem obedecidos na emissão de sons e ruídos em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive programada.


 PORTARIA MINTER Nº. 124, DE 20 DE AGOSTO DE 1980 – Estabelece normas para a proteção dos cursos d'água.


 PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº. 917, DE 06 DE JUNHO DE 1982 – Dispõe sobre mobilização de terra, poluição da água, do ar e do solo.

 PORTARIA/IBAMA Nº. 96, DE 30 DE OUTUBRO DE 1996 – Estabelece critérios para o funcionamento do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais.


 PORTARIA MME Nº. 349, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1997 – Aprova o regimento interno da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.


 PORTARIA ANNEEL Nº. 018, DE 28 DE JANEIRO DE 1999 – Homologa o Acordo do Mercado Atacadista de Energia – MAE.


 PORTARIA MME Nº. 150, DE 10 DE MAIO DE 1999 – Cria o Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos – CCPE, com a atribuição de coordenar a elaboração do planejamento da expansão dos sistemas elétricos brasileiros, de caráter indicativo para a geração.


 PORTARIA ANEEL Nº. 112, DE 18 DE MAIO DE 1999 – Estabelece os requisitos necessários à obtenção de Registro ou Autorização para a implantação, ampliação


ou repotenciação de centrais geradoras termelétricas, eólicas e de outras fontes alternativas de energia.


 PORTARIA MME Nº. 084, DE 17 DE ABRIL DE 2000 – Aprova o Plano Decenal de Expansão – PDE 2000/2009 do setor elétrico, que fica incorporado ao Plano Nacional de Energia Elétrica 1993/2015 – Plano 2015.


 PORTARIA MME Nº. 323, DE 30 DE AGOSTO DE 2000 – Altera a estrutura funcional do Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos – CCPE, instituindo pela Portaria MME Nº. 150, de 10 de maio de 1999.

 PORTARIA MME Nº. 046, DE 7 DE MARÇO DE 2001 – Cria o Comitê de Acompanhamento das Metas de Conservação de Energia – CAMEC, com a atribuição básica de acompanhar o processo de estudos e implantação das providências de conservação, indicados nos planos do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica PROCEL e do CONPET.

 PORTARIA IPHAN Nº 230, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2002 - Dispõe sobre a realização de estudos arqueológicos concomitantemente aos licenciamentos ambientais de empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico da sua área de influência.


 PORTARIA MMA Nº 126 DE 27 DE MAIO DE 2004 – Reconhece as Áreas Prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira.


 PORTARIA MMA Nº 09 DE 23 DE JANEIRO DE 2007 - Reconhece as Áreas Prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira e define o prazo de no máximo 5 anos para revisão da lista de áreas prioritárias, pela Comissão Nacional de Biodiversidade - CONABIO.

 PORTARIA NORMATIVA DO IBAMA Nº 10, DE 22 DE MAIO DE 2009 – Dispõe que a aplicação da Instrução Normativa nº 146, de

10 de janeiro de 2007, fica restrita ao licenciamento de empreendimentos de aproveitamento hidrelétrico e dá outras providências.

#### 6.2.2.6. Instruções Normativas

 INSTRUÇÃO NORMATIVA MMA Nº. 03, DE 26 DE MAIO DE 2003 – Apresenta a Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção.

 INSTRUÇÃO NORMATIVA MMA Nº. 06, DE 23 DE SETEMBRO DE 2008 – Apresenta a Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção.


### 6.3. LEGISLAÇÃO ESTADUAL


#### 6.3.1. Constituição Estadual do Ceará


O Capítulo IV da Constituição Estadual dos Artigos 259 a 2711 refere-se ao meio ambiente, sobre os direitos e deveres de preservá-los e sobre os mecanismos e formas de articulação do poder público e da coletividade visando à preservação de um ambiente equilibrado e uma sadia qualidade de vida para as futuras e presentes gerações.


#### 6.3.2. Relação e Discriminação da Legislação Estadual









##### 6.3.2.1. Leis Estaduais

 LEI Nº 10.148, DE 02 DE DEZEMBRO DE 1977 – Dispõe sobre a preservação e controle dos recursos hídricos existentes no Estado e dá outras providências.



 LEI Nº 11.411, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1987 – Dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e cria o Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE e dá outras providências.

 LEI Nº 11.678, DE 23 DE MAIO DE 1990 – Acrescenta competência ao Conselho Estadual do Meio Ambiente estabelecida pela Constituição do Estado do Ceará e pela Lei Nº 11.564/89.





 LEI Nº 12.148, DE 29 DE JULHO DE 1993 – Dispõe sobre a realização de auditorias ambientais e dá outras providências.

-  LEI Nº 12.227, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1993 – Determina a publicação no Diário Oficial do Estado do Ceará da relação mensal das concessões de licença ambiental, e dá outras providências.
-  LEI Nº 12.274, DE 05 DE ABRIL DE 1994 – Altera a Lei Nº 11.411, dando poderes sobre licenciamento e respectiva ação fiscalizadora.
-  LEI Nº 12.488, DE 13 DE SETEMBRO DE 1995 – Dispõe sobre a Política Florestal do Ceará e dá outras providências.
-  LEI Nº 12.685, DE 09 DE MAIO DE 1997 – Altera dispositivo da Lei Nº 12.148 de 29.07.93, que dispõe sobre auditorias ambientais no Estado do Ceará.
-  LEI Nº 13.103, DE 24 DE JANEIRO DE 2001 – Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos e dá providências correlatas.
-  LEI Nº. 13.892, DE 31 DE MAIO DE 2007 – Dispõe sobre a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro, e o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.
-  LEI Nº 13.327, DE 15 DE JULHO DE 2003 – Dispõe sobre a utilização e ocupação das faixas de domínio nas rodovias estaduais e rodovias federais delegadas ao estado do Ceará e dá outras providências.
-  LEI Nº. 13.796, DE 30 DE JUNHO DE 2006 – Dispõe sobre a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro, e o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.




#### 6.3.2.2. Decretos Estaduais





-  DECRETO Nº 20.764, DE 08 DE JUNHO DE 1990 – Dispõe sobre os padrões de qualidade do ar no território cearense para fins de prevenção e controle da poluição atmosférica de veículos automotores do ciclo diesel.
-  DECRETO Nº 24.207, DE 30 DE AGOSTO DE 1996 – Regulamenta as Leis 12.494, de 04 de outubro de 1995, e 12.533, de dezembro de 1995, que dispõe sobre a fiscalização e

controle de emissão de poluentes atmosféricos por veículos automotores no Estado do Ceará.

-  DECRETO Nº 24.221, DE 12 DE SETEMBRO DE 1996 – Regulamenta a Lei Nº 12.488, de 13 de setembro de 1995, que dispõe sobre a política florestal do Estado do Ceará.
-  DECRETO Nº 25.414, DE 29 DE MARÇO DE 1999 - Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental - APA do Estuário do Rio Mundaú, localizada na divisa dos municípios de Itapipoca e Trairi, e adota outras providências.
-  DECRETO Nº 25.417. DE 29 DE MARÇO DE 1999 - Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental - APA das Dunas da Lagoinha, no município de Paraipaba, e adota outras providências
-  DECRETO Nº 27.257, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2003 – Altera o artigo 23 do decreto Nº 27.209, de 10 de outubro de 2003, que dispõe sobre o regulamento sobre a utilização e ocupação das faixas de domínio nas rodovias estaduais e rodovias federais delegadas ao Estado do Ceará.

#### 6.3.2.3. Outras Normas

-  PORTARIA/SEMACE Nº 14, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1989 – Estabelece normas técnicas e administrativas do sistema de licenciamento de atividades utilizadoras de recursos ambientais no Estado do Ceará.
-  RESOLUÇÃO COEMA Nº 20, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1998 - Estabelece diretrizes para a cooperação técnica e administrativa com os órgãos municipais de meio ambiente, visando ao licenciamento e a fiscalização de atividades de impacto ambiental local e dá outras providências.
-  INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/99, DE 04 DE OUTUBRO DE 1999 – Normatiza os procedimentos administrativos para exploração florestal, o uso alternativo do solo e para a queimada controlada das florestas e demais formas de vegetação em todo o Estado do Ceará e dá outras providências.

-  PORTARIA/SEMACE Nº 201, DE 13 DE OUTUBRO DE 1999 – Estabelece normas técnicas e administrativas necessárias à regulamentação do sistema de licenciamento de atividades utilizadoras de recursos ambientais.
-  RESOLUÇÃO COEMA Nº 09, DE 29 DE MAIO DE 2003 – Institui o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental, e estabelece normas e critérios relativos a fixação do seu valor, modo, lugar e tempo do pagamento, bem como a quem deve ser pago e a aplicação desses recursos à gestão, fiscalização, monitoramento, controle e proteção do meio ambiente no Estado do Ceará.
-  RESOLUÇÃO COEMA Nº 08, DE ABRIL DE 2004 – Institui os critérios de remuneração dos custos operacionais e de análise do licenciamento e autorização ambiental de atividades modificadoras do meio ambiente no território do Estado do Ceará.
-  RESOLUÇÃO COEMA Nº 01, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2005 – Estabelece definições de unidades geoambientais e acidentes geográficos constantes no litoral cearense, nos termos da legislação federal aplicável, mais especificamente do Decreto Federal Nº 5.300, de 07 de dezembro de 2005, considerando os dados e análises apresentados pelo Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE no litoral Estado do Ceará.

## 6.4. LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

### 6.4.1. Lei Orgânica do Município de Trairi

.....  
 .....  
**Promulgada em 05 de Abril de 1990**  
**Seção VI – Da Política do Meio Ambiente**  
 .....  
 .....

**Art. 161** O Município deverá atuar no sentido de assegurar a todos os cidadãos o direito ao meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado.

**Parágrafo Único** – Para assegurar efetivamente a esse direito, o Município deverá articular-se com os órgãos estaduais, regionais e federais competentes, e ainda, quando for o caso, com outros Municípios, objetivando a solução comuns relativos à proteção ambiental.

**Art. 162.** O Município deverá atuar no controle e fiscalização das atividades, públicas ou privadas, causadoras efetivas ou potenciais de alterações no meio ambiente.

**Art. 163.** A política urbana do Município e seu plano diretor deverão contribuir para a proteção ao meio ambiente, através de diretrizes adequadas de uso e ocupação do solo urbano.

**Art. 164** Nas licenças de parcelamento, loteamento e localização de edificações o Município exigirá o cumprimento da legislação de proteção ambiental emanada da União e do Estado.

**Art. 165** Os concessionários e permissionários de serviços públicos deverão atender rigorosamente aos dispositivos de proteção ambiental em vigor, sob a pena de multa e de não renovação da concessão ou permissão pelo Município.

**Art. 166** O Município assegurará a participação das entidades representativas da comunidade no planejamento e na fiscalização de proteção ambiental, garantindo o amplo acesso dos interessados às informações sobre tudo que se referir à degradação e a poluição ambiental ao seu dispor.

**Art. 167** O Município impedirá, por todos os meios disponíveis, a devastação dos manguezais, solicitando, se necessário, a intervenção do ministério público.

**Art. 168** O Município cuidará da limpeza das praias objetivando, não só dar condições para o povo frequentar, como impedir que a sujeira arrastada pelas marés para o rio e afetando deste modo, a vida natural deste ambiente.

**Art. 169** O Município fará gestões junto ao representante da Petrobrás no Estado do Ceará no sentido da proibição quanto ao derramamento de óleo nas praias do município proveniente das plataformas existentes.

**Parágrafo Único** – Lei complementar disciplinará este assunto.

**Art. 170.** Fica proibida no território do Município, a pesca de redes finas conhecidas como galões ou rengai, no período de 1º de julho a 28 de fevereiro.

**§ 1º** - O não cumprimento do disposto neste artigo implica na apreensão do material de pesca que será destruído e no caso de reincidência, além de nova apreensão do material e mesmo destino, será cobrada multa a ser fixada pelo poder Executivo.

**§ 2º** - A fiscalização será feita pela própria prefeitura, pelo policiamento civil e militar existente na área e pela Colônia de pescadores.

**Art. 171** Fica proibida a pesca de arrastão e pesca de bate, no lagamar e açudes no território do Município.

**Parágrafo Único** – A Fiscalização e sanções pelo não cumprimento deste artigo obedecerão ao estItuído nos §§ 1º e 2º do artigo anterior.